

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, A EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV E O CONVENIENTE, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSIGNAÇÕES DECORRENTES DE EMPRÉSTIMOS E DE OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO DOS TITULARES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, MEDIANTE CONSIGNAÇÃO E/OU RETENÇÃO NA RENDA MENSAL DO RESPECTIVO BENEFÍCIO, NA FORMA DA LEI Nº 10.820, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 10.953, DE 27 DE SETEMBRO DE 2004.

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Previdência Social - MPS, criado na forma da autorização legislativa contida no artigo 14 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, renumerada pela Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990 e pelo Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 18, de 1º de fevereiro de 1991 e reestruturado conforme determinação contida no artigo 11, parágrafo único, da Lei nº 8.422, de 13 de maio de 1992 e pelo Decreto nº 5.257 de 27 de outubro de 2004, com sede no Setor Bancário Norte, Quadra 2, lote 15, 12º andar, Edifício CNC, Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob nº 29.979.036/0001-40, doravante denominado **INSS**, neste ato representado por seu Diretor de Benefícios, BENEDITO ADALBERTO BRUNCA, CPF/MF nº 012.420.648-42, a **EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**, CNPJ nº 42.422.253/0001-01, com sede no Setor de Autarquias Sul – Quadra 1 – Bloco E/F, Brasília-DF, doravante denominada **DATAPREV**, neste ato representada por seu Presidente LINO ROQUE CAMARGO KIELING, CPF/MF nº 220.312.191-20 e por seu Diretor de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações RODRIGO NOVAIS COUTINHO, CPF/MF nº 690.517.556-00 e o **BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**, CNPJ nº 17.184.037/0001-10, com sede à Rua Rio de Janeiro, 680, Centro – Belo Horizonte – MG, CEP:30.160-041, doravante designada **CONVENIENTE**, neste ato representada por seus Diretores ANDRÉ LUIZ FIGUEIREDO BRASIL, CPF/MF nº 229.346.346-04 e VALCI BRAGA REZENDE, CPF/MF nº 314.767.756-72, celebram o presente Convênio em conformidade com as disposições contidas no artigo 116, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei nº 10.953, de 27 de setembro de 2004, Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 alterado pelos Decretos nº 4.862, de 21 de outubro de 2003 e 5.180 de 13 agosto de 2004, conforme cláusulas e condições abaixo ajustadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a operacionalização do disposto no artigo 6º, da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei 10.953, de 27 de setembro de 2004, Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 alterado pelo Decreto nº 4.862, de 21 de outubro de 2003, Decreto nº 5.180 de 13 agosto de 2004, visando a realização de consignações ou retenções de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contratado empréstimo pessoal e/ou operação com cartão de crédito com a **CONVENIENTE**, partícipe deste acordo.

Juliano de Jesus Junior
Advogado - OAB/DF nº 11.834
TERMO DE CONVÊNIO BCO. MERCANTIL.doc



CLÁUSULA SEGUNDA - DOS EMPRÉSTIMOS E DAS OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO

A **CONVENENTE**, desde que observadas as normas aplicáveis às instituições do Sistema Financeiro Nacional e respeitadas as suas programações orçamentárias, normas operacionais e política de concessão de crédito, poderá conceder empréstimos ou cartão de crédito aos titulares de benefícios, nos termos estabelecidos na Instrução Normativa editada pelo INSS, com pagamento mediante consignação ou retenção na renda mensal dos respectivos benefícios previdenciários, tendo garantida a manutenção dos pagamentos dos titulares dos benefícios, enquanto houver saldo devedor nas operações em que forem autorizadas as retenções, ressalvadas as hipóteses de cancelamento, suspensão ou cessação de benefícios previstas na legislação previdenciária.

Parágrafo Único. Para a realização das operações de crédito mencionadas no objeto deste Instrumento, os beneficiários deverão dispor de margem consignável suficiente para amparar as prestações decorrentes da operação contratada ao amparo deste Convênio, na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

I – do INSS:

- a) repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários dos titulares de benefícios, em favor da **CONVENENTE**, por meio de depósito em conta-corrente indicada ou transferência para a conta "reserva bancária" definida, via STR – Sistema de Transferência de Reservas, por meio de mensagem específica, constante do catálogo de mensagens do SPB - Sistema de Pagamentos Brasileiro, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito;
- b) emitir, quando da alegação pelo titular do benefício da não autorização da consignação ou retenção ou constituição de reserva de margem consignável-RMC ou qualquer reclamação quanto às operações realizadas, correspondência oficial à **CONVENENTE** solicitando o envio das informações pertinentes e a comprovação da autorização ao INSS;
- c) cancelar a consignação ou retenção ou constituição de reserva de margem consignável-RMC, conforme o caso, no Sistema de Benefícios, caso inexistir a autorização ou a **CONVENENTE** não atenda à solicitação nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS. Os procedimentos de cancelamento serão adotados pela DIRBEN, conforme competência determinada em ato interno do INSS;
- d) reativar no Sistema de Benefícios as consignações ou retenções ou constituição de reserva de margem consignável-RMC canceladas, na forma das alíneas anteriores, quando da apresentação pela **CONVENENTE** de documentos que comprovem a existência efetiva da autorização pelo titular do benefício. A reativação deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias da data do recebimento dos referidos documentos, na Diretoria de Benefícios - DIRBEN;
- e) manter os pagamentos dos titulares dos benefícios na **CONVENENTE**, enquanto houver saldo devedor nas operações em que forem autorizadas as retenções dos valores, ressalvadas as exceções constantes da Instrução Normativa editada pelo INSS e as hipóteses de cancelamento, suspensão ou cessação de benefícios previstas na legislação;
- f) transformar a amortização através da modalidade de retenção em amortização por consignação quando o titular solicitar transferência do benefício para município onde a **CONVENENTE** não

João Francisco de Jesus
Advogado - OAB/SP 123.456

TERMO DE CONVÊNIO BCO. MERCANTIL.doc

possua agência bancária para efetuar os pagamentos, mantendo at va a consignação enquanto houver saldo devedor nas operações em que forem autorizadas as retenções dos valores.

II – da DATAPREV:

- a) processar as consignações de descontos, as informações de retenções e as exclusões de acordo com o arquivo magnético enviado pela **CONVENENTE**, conforme previsto na alínea “b” do inciso III da Cláusula Terceira deste Convênio;
- b) enviar à **CONVENENTE**, arquivo contendo o resultado do processamento dos arquivos mencionados na alínea “a” deste inciso, até quatro dias úteis após o seu recebimento;
- c) processar as glosas devidas, conforme previsto na Instrução Normativa editada pelo INSS, na competência seguinte à sua verificação, informando à **CONVENENTE**, por arquivo magnético mensal, os respectivos valores;
- d) informar mensalmente à **CONVENENTE** por arquivo magnético – “layout” CNAB/FEBRABAN - as parcelas consignadas e não consignadas, mediante justificativa devidamente identificadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data do primeiro pagamento do benefício em cada competência;
- e) gerar as informações referentes ao valor do custo operacional por parcela consignada, para cumprimento do estabelecido na Cláusula Sétima deste Convênio;
- f) utilizar protocolo padrão CNAB/FEBRABAN, para comunicação entre a **CONVENENTE** e a DATAPREV.

III - da CONVENENTE:

- a) divulgar as regras acordadas neste Convênio aos titulares de benefício que autorizaram as consignações ou retenções ou constituição de reserva de margem consignável-RMC diretamente em seus benefícios obedecendo, nos materiais publicitários que fizer veicular, as normas do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, em especial aquelas previstas nos artigos 37 e 52;
- b) enviar até o segundo dia útil de cada mês para a DATAPREV, arquivo magnético contendo a relação dos beneficiários que contraíram empréstimos e autorizaram a consignação ou retenção diretamente na renda mensal dos benefícios previdenciários ou constituição de reserva de margem consignável-RMC, de acordo com o “layout” padrão CNAB/FEBRABAN, bem como a data do último vencimento das obrigações contraídas nos empréstimos e operações com cartão de crédito, cujas parcelas sofrerão consignação ou retenção dos valores autorizados pelos beneficiários, diretamente nos benefícios recebidos na CONVENENTE;
- c) as operações de consignação realizadas por cartão de crédito deverão ser enviadas à DATAPREV de forma consolidada em um único valor por mês, a partir do dia 25 de cada mês até o 2º dia útil do mês seguinte;
- d) informar ao INSS, para exclusão da consignação, a rescisão do contrato de empréstimo ou cartão de crédito, firmado entre o titular do benefício e a **CONVENENTE**, até o segundo dia útil do mês subsequente à ocorrência (rescisão do contrato), sob pena de serem efetuadas glosas retroativas à data do evento, corrigidas com base na variação da “Taxa Referencial de Títulos Federais-Remuneração” (SELIC), desde a data em que ocorreu o crédito indevido até o segundo dia útil anterior à data do repasse;
- e) encaminhar ao INSS, nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS, a comprovação da autorização da consignação ou retenção ou constituição de reserva de margem consignável-RMC de acordo com a alínea “b”, inciso I, da Cláusula Terceira;

Joel Pereira Neto Júnior
Advogado Dataprev
OAB/SP 11.934

- f) conservar, pelo prazo de cinco anos, a contar da data do término do empréstimo ou da validade do cartão de crédito, a autorização firmada por escrito pelo titular do benefício, seja utilizando a autorização de retenção ou consignação disposta como anexo das instruções normativas expedidas pelo INSS e legislação em vigor sobre a matéria, seja o contrato firmado de empréstimos ou de operação com cartão de crédito, que contenha cláusula expressa de autorização permitindo o desconto direto na renda mensal do benefício previdenciário ou a constituição de reserva de margem consignável-RMC. Em se tratando de autorização por meio eletrônico, os meios que comprovem a anuência do titular do benefício deverão ser conservados pelo mesmo período;
- g) cumprir e fazer cumprir as normas expedidas pelo INSS e a legislação em vigor sobre a matéria, desde que assegurado o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido;
- h) prestar todos os esclarecimentos atinentes ao objeto deste Convênio quando solicitados pelo INSS, nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa ou legislação em vigor;
- i) criar caixa postal eletrônica (e-mail) institucional com o fim específico de estabelecer comunicação direta com o **INSS** para troca de informações referentes à operacionalização deste Convênio e, em especial, atender à alínea anterior;
- j) manter, durante a execução deste Convênio, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a sua celebração;
- l) informar ao INSS, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, qualquer alteração contratual que venha a ocorrer na estrutura da **CONVENIENTE** ou em suas Agências, seja por força de incorporação, fusão ou encerramento de atividades, para que, se necessário, sejam adotados os procedimentos necessários quanto à transferência dos contratos e os respectivos repasses dos valores;
- m) providenciar toda a infra-estrutura necessária para atender a troca de arquivos via teleprocessamento, conforme padrão definido pela DATAPREV;
- n) encaminhar mensalmente aos titulares de benefícios que utilizarem o cartão de crédito, extrato com descrição detalhada das operações realizadas, contendo valor, local onde estas foram efetivadas, bem como informar o telefone e o endereço para a solução de dúvidas;
- o) a **CONVENIENTE** deverá liberar o valor contratado no prazo limite de 48h (quarenta e oito horas) após o recebimento do arquivo de retorno da DATAPREV com a confirmação do registro da consignação ou retenção solicitada;
- p) a **CONVENIENTE** obriga-se a informar ao titular do benefício, no prazo descrito na alínea anterior, o local e data em que o valor do empréstimo será liberado, principalmente quando este for feito por meio de ordem de pagamento;
- q) fica vedada a contratação de empréstimos e de cartão de crédito por telefone, em conformidade com as normas editadas pelo Banco Central do Brasil e a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 1.559/88, com redação dada pela Resolução 3.258/05.

CLÁUSULA QUARTA – DAS AUTORIZAÇÕES

A **CONVENIENTE** responsabilizar-se-á integralmente perante os beneficiários e o INSS pela autenticidade das informações relacionadas no arquivo enviado à DATAPREV, na forma prevista na alínea "b", do inciso III, da Cláusula Terceira, sob pena de descredenciamento se apurado quantitativo considerável de irregularidades.

Parágrafo Primeiro. A autorização para a efetivação da consignação, retenção ou constituição de reserva de margem consignável-RMC valerá enquanto subscrita pelo titular do benefício, não persistindo por sucessão, em relação aos respectivos pensionistas e dependentes.

Assinatura do Titular do Benefício
Assinatura da Dataprev
01/07/05 11:53:04

Parágrafo Segundo. Até o integral pagamento do empréstimo ou da operação com cartão de crédito, as autorizações de consignação, retenção ou constituição de reserva de margem consignável-RMC, somente poderão ser canceladas mediante prévia autorização da **CONVENENTE** ou caso esta não atenda o contido na alínea "e", do inciso III, da Cláusula Terceira.

Parágrafo Terceiro. Havendo a utilização do meio eletrônico para receber a autorização expressa do titular do benefício, esta somente poderá ocorrer quando for obtida a partir de comandos gerados pela aposição de senha ou assinatura digital do titular do benefício em sistemas eletrônicos, de forma que possa atender o estabelecido na alínea "f", inciso III da cláusula Terceira.

Parágrafo Quarto. A autorização do titular do benefício para a consignação, retenção do empréstimo, ou constituição de reserva de margem consignável - RMC não poderá ser feita por telefone, não sendo permitido como meio de comprovação de autorização expressa do titular do benefício a gravação de voz.

Parágrafo Quinto. A **CONVENENTE** deverá cientificar previamente o titular do benefício as informações abaixo elencadas:

- I- valor total com e sem juros;
- II- taxa efetiva mensal e anual de juros;
- III- todos os acréscimos remuneratórios, moratórios e tributários que eventualmente incidam sobre o valor do crédito contratado;
- IV- valor, número e periodicidade das prestações;
- V- soma total a pagar com o empréstimo pessoal ou cartão de crédito; e
- VI- data do início e fim do desconto.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES

I – do INSS:

- a) consignação dos valores relativos às parcelas de empréstimos ou operações com cartão de crédito, autorizada pelos titulares de benefícios e repasse à **CONVENENTE**, no prazo estabelecido na alínea "a" do inciso I, da Cláusula Terceira não cabendo ao INSS responsabilidade solidária e subsidiária sobre as operações contratadas, bem como de descontos indevidos, desde que a ocorrência não tenha sido causada por falta de ato próprio do INSS, realizado em desconformidade com as obrigações ajustadas neste Convênio;
- b) manutenção dos pagamentos do titular do benefício na **CONVENENTE** enquanto houver saldo devedor nas operações em que nela for autorizada a retenção, ressalvadas as hipóteses de cancelamento, suspensão ou cessação de benefícios previstas na legislação previdenciária;
- c) transformação da amortização através da modalidade de retenção em amortização, por consignação quando o titular solicitar transferência do benefício para município onde a **CONVENENTE** não possua agência bancária para efetuar os pagamentos, mantendo ativa a consignação enquanto houver saldo devedor nas operações em que forem autorizadas as retenções dos valores.

Parágrafo Único. Havendo rejeição de valores, por motivo de alteração de dados cadastrais ou de dados bancários, não informados em tempo hábil à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade do INSS pela **CONVENENTE**, o repasse de valores previsto na alínea "a" desta cláusula, referente às consignações efetuadas, somente ocorrerá na competência seguinte à regularização do cadastro.

II – da DATAPREV:

Advogado Dataprev
OAB/RS 11.834

Em caso de não ser efetuado o processamento integral das consignações devidas nos benefícios previdenciários, em decorrência de falha operacional da DATAPREV, esta deverá comunicar a ocorrência à **CONVENENTE**, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis antes da data prevista para o início da validade dos créditos da competência, para que esta possa tomar as providências necessárias quanto à cobrança das prestações, na forma constante do contrato celebrado entre a **CONVENENTE** e o titular do benefício.

Parágrafo Primeiro. Ocorrendo o não processamento integral na forma prevista neste inciso, será imputado à DATAPREV o custo de R\$ 0,30 (trinta centavos) por parcela consignável não processada.

Parágrafo Segundo. Os custos, a que se refere o parágrafo anterior desta Cláusula, deverão ser repassados até o quinto dia útil do mês subsequente ao da ocorrência mediante crédito em conta corrente a ser fornecida pela **CONVENENTE**.

III – da **CONVENENTE**:

A **CONVENENTE** se responsabilizará pela informação dos valores a se em consignados ou retidos, que deverão corresponder ao efetivamente ajustado no contrato celebrado entre a **CONVENENTE** e o titular do benefício, e pela informação dos benefícios que sofrerão o respectivo desconto.

Parágrafo Primeiro. Na ocorrência de irregularidades quanto às informações do titular do benefício ou de valores consignados ou retidos indevidamente no benefício previdenciário, a **CONVENENTE** será responsável pela restituição, no prazo e forma fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS, dos valores corrigidos.

Parágrafo Segundo. Quanto às operações de consignação e retenção realizadas será de total responsabilidade da **CONVENENTE** prestar as informações aos titulares de benefícios, bem como realizar os acertos que se fizerem necessários.

Parágrafo Terceiro. A **CONVENENTE** adequará seus procedimentos de operacionalização, tais como formulários de autorização de descontos, material publicitário, entre outros, aos termos das normas expedidas pelo INSS e da legislação em vigor sobre a matéria, independentemente de aditamento do presente termo, respeitado as operações já realizadas e o objeto deste Convênio.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PROCEDIMENTOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS CONSIGNAÇÕES E RETENÇÕES.

O Plano de Trabalho que integra este Convênio, para todos os fins de direito, conterá os procedimentos operacionais necessários para execução do objeto.

Parágrafo Primeiro. A autorização do titular do benefício para que ocorra a consignação, retenção ou constituição de reserva de margem consignável-RMC dos valores de empréstimos e das operações com cartão de crédito no benefício previdenciário, deverá conter a assinatura do titular no formulário previsto como anexo da Instrução Normativa editada pelo INSS ou, desde que contenha todos os dados do anexo, no contrato de empréstimo que contenha cláusula autorizativa para consignação e, em casos de autorização eletrônica, esta deverá seguir o disposto nos parágrafos 3º, 4º e 5º da Cláusula Quarta.

Parágrafo Segundo. A troca de informações entre a DATAPREV e a **CONVENENTE** está especificada no "layout" padrão CNAB/FEBRABAN.

João Francisco Dias Junior
Advogado - Dataprev
OAB/PE 11.334

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RESSARCIMENTO DOS CUSTOS OPERACIONAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

O ressarcimento dos custos operacionais de processamento de dados relativos à execução do presente Convênio será no valor de R\$ 0,30 (trinta centavos) por parcela consignada, calculados com base no arquivo disponibilizado mensalmente à **CONVENENTE**, pela DATAPREV.

Parágrafo Primeiro. O valor do ressarcimento deverá corresponder exclusivamente aos custos operacionais de processamento de dados.

Parágrafo Segundo. O INSS, neste ato, expressamente, concede autorização para que o ressarcimento dos custos operacionais de processamento de dados da consignação e retenção seja feito pela **CONVENENTE** diretamente em conta corrente a ser indicada pela DATAPREV, até o quinto dia útil do mês subsequente ao processamento das consignações.

Parágrafo Terceiro. Os custos operacionais relativos às retenções deverão ser ressarcidos na mesma data prevista para as consignações, conforme parágrafo antecedente.

Parágrafo Quarto. Caso a **CONVENENTE** não efetive o ressarcimento dos custos operacionais devidos à **DATAPREV** no prazo estabelecido no parágrafo anterior, sobre estes incidirá atualização monetária entre o dia do vencimento e o do efetivo pagamento, tendo como base o índice correspondente à variação do IGP-M ocorrido entre a data de vencimento e a data do efetivo pagamento, *pro rata die*.

Parágrafo Quinto. Independente da atualização monetária constante do parágrafo anterior, persistindo o inadimplemento por parte da **CONVENENTE** por mais de vinte (20) dias após o vencimento, ser-lhe-á aplicada multa, *pro rata tempore*, à razão de 1 0% (um por cento) ao mês sobre o valor a ser ressarcido.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O presente Convênio vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação.

CLÁUSULA NONA – DA RESILIÇÃO, SUSPENSÃO E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado a qualquer momento, mediante aviso prévio e escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ficando suspensas novas contratações de operações a partir da vigência da denúncia, permanecendo, até a data da liquidação do último contrato firmado por força deste Convênio, as obrigações e responsabilidades do **INSS**, da **CONVENENTE** e da **DATAPREV**, ou seus sucessores, conforme aqui ajustados, relativamente aos empréstimos e às operações com cartão de crédito em andamento.

Parágrafo Primeiro. A execução do objeto deste Convênio poderá ser suspensa, pelos prazos fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS, para envio de arquivo contendo novas contratações de empréstimos ou operações com cartão de crédito, por determinação do INSS, em caso de constatação de registro de irregularidades quanto às operações realizadas pela **CONVENENTE**, descumprimento de cláusulas convencionadas e de normas editadas e/ou por não atendimento das solicitações de informações enviadas.

Parágrafo Segundo. O Convênio com suspensão parcial pelos motivos discriminados no parágrafo antecedente poderá ter a penalidade cancelada, caso o **INSS** constate que os motivos determinantes foram sanados, ou poderá ser rescindido se houver a constatação de que a **CONVENENTE** apresenta reiteradamente registros de irregularidades, não observando o contido nas cláusulas conveniadas ou normas expedidas por este Instituto.

João Inácio de Jesus Junior
Advogado - OAB/SP nº 11.934

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente Convênio será providenciada pelo INSS, no prazo e na forma previstos no parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

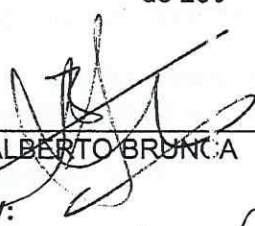
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Convênio.

E, para firmeza do que foi pactuado, firmam este instrumento em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo assinadas.

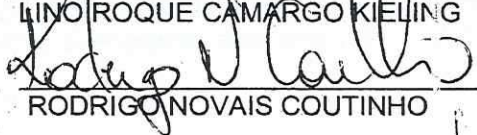
Brasília, de de 200

Pelo INSS:

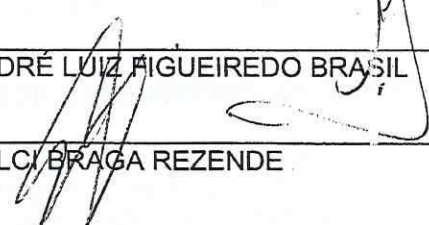

BENEDITO ADALBERTO BRANCA

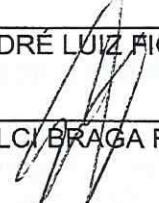
Pela DATAPREV:


LINO ROQUE CAMARGO KIELING


RODRIGO NOVAIS COUTINHO

Pela CONVENIENTE:



ANDRÉ LUIZ FIGUEIREDO BRASIL



VALCI BRAGA REZENDE

Testemunhas:

INSS _____
CPF/RG Nº _____

DATAPREV _____
CPF/RG Nº _____

CONVENIENTE 
CPF/RG Nº _____
Ana Gabriela M.M. Botto Aze
CPF: 039.031.976-65


José Francisco Dias Júnior
Advogado - Dataprev
OAB/DF 11.034

PLANO DE TRABALHO

PROCESSO nº: 35000.001153/2008-14

INTERESSADO: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 17.184.037/0001-10

ENDEREÇO: Rua Rio de Janeiro, 680, Centro – Belo Horizonte – MG CEP: 30.160-041

Telefone: (31) 3057-6211

E-mail: jane.cesar@mercantil.com.br

ASSUNTO: Convênio para consignação e/ou retenção decorrente de empréstimos e/ou operações com cartão de crédito nas rendas mensais dos benefícios previdenciários, conforme Lei nº 10.820/2003 com redação dada pela Lei nº 10.953/2004 e Decretos: nº 4.362/2003 e 5.180/2004.

1 - OBJETO:

Operacionalização da consignação e/ou retenção de descontos na renda mensal dos benefícios para pagamento de empréstimos e/ou operações com cartão de crédito, contraídos pelo titular do benefício, conforme previsto no artigo 6º, da Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei nº 10.953, de 27 de setembro de 2004 e pelos Decretos nº 4.862, de 21 de outubro de 2003 e 5.180 de 13 de agosto de 2004.

2 - DAS METAS:

- a) consignar ou reter na renda mensal dos benefícios previdenciários, os descontos referentes a empréstimos e/ou operações com cartão de crédito contraídos pelos titulares de benefícios previdenciários junto às **CONVENENTES**;
- b) repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários para as **CONVENENTES** credoras dos titulares de benefícios previdenciários;
- c) manter os pagamentos dos titulares dos benefícios na **CONVENENTE**, enquanto houver saldo devedor nas operações em que forem autorizadas as retenções de valores, ressalvadas as hipóteses de cancelamento, suspensão ou cessação de benefícios previstas na legislação previdenciária;
- d) assegurar ao titular devedor do empréstimo ou da operação com cartão de crédito a continuidade dos pagamentos e à **CONVENENTE** a amortização das parcelas em caso de transferência do benefício para município onde esta não possua agência bancária para efetuar os pagamentos, transformando a amortização através da modalidade de retenção em amortização por consignação, mantendo ativa a consignação enquanto houver saldo devedor nas operações em que foram autorizadas as retenções dos valores;
- e) possibilitar taxas de juros aos titulares de benefícios previdenciários menores que as praticadas no mercado.

3 - ETAPAS DE EXECUÇÃO:

3.1 Início do processamento das consignações e/ou retenções.	Após a publicação do convênio.
3.2 Data do envio do arquivo magnético à DATAPREV pela CONVENENTE, contendo as inclusões e exclusões das consignações efetivadas por meio de cartão de crédito.	A partir do dia 25 de cada mês até o segundo dia útil do mês seguinte, para processamento do benefício do mês corrente.
3.3 Data do envio do arquivo magnético à	Até o segundo dia útil de cada mês, para

DATAPREV pela CONVENENTE, contendo as inclusões e exclusões das consignações, retenções.	processamento do benefício do mês corrente.
3.4 Data de envio de arquivo magnético, pela DATAPREV, contendo o retorno do processamento do arquivo mencionado nos itens 3.2 e 3.3.	Até 4 (quatro) dias do recebimento do arquivo da CONVENENTE.
3.5 Envio do arquivo pela DATAPREV informando à CONVENENTE o resultado do processamento mensal das consignações, operações com cartão de crédito e glosas.	Cinco dias úteis antes do início da validade do primeiro pagamento do benefício.
3.6 Repasse dos valores referentes às consignações efetuadas, em parcela única, pelo INSS às CONVENENTES.	Quinto dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito do benefício.
3.7 Repasse à DATAPREV, pelas CONVENENTES, dos valores referentes ao ressarcimento do processamento das consignações e retenções realizadas.	Até o quinto dia útil do mês subsequente ao processamento das consignações realizadas, calculado com base no arquivo remessa mensal disponibilizado pela DATAPREV, conforme alínea "d", inciso II, da Cláusula Terceira do Convênio, mediante crédito em conta corrente a ser indicada pela DATAPREV. O ressarcimento será efetuado por meio de contra-recibo emitido pela DATAPREV, discriminando o seguinte texto: "este valor refere-se ao ressarcimento dos custos operacionais relativos ao processamento de dados das consignações e/ou retenções efetuadas nos benefícios previdenciários conforme autorização do INSS prevista na cláusula 7ª parágrafo 2º do convênio celebrado entre a CONVENENTE e o INSS em razão de empréstimos e/ou operações com cartão de crédito, previsto no inciso V do parágrafo 1º do art. 6º da Lei 10.820/03, Decreto 4862/03."
3.8 Liberação do valor do empréstimo pela CONVENENTE ao titular do benefício.	48hs (quarenta e oito horas) após o recebimento do arquivo de retorno da DATAPREV com a confirmação do registro da consignação solicitada.

4 - DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS:

I - DO INSS:

- repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários dos titulares de benefícios, em favor da **CONVENENTE**, por meio de depósito em conta – corrente indicada ou transferência para a conta "reserva bancária" definida, via STR – Sistema de Transferência de Reservas, por meio de mensagem específica, constante do catálogo de mensagens do SPB-Sistema de Pagamentos Brasileiro, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito;
- emitir, quando da alegação pelo titular do benefício da não autorização da consignação, retenção, constituição de reserva de margem consignável-RMC (escrita ou eletrônica) ou qualquer reclamação quanto às operações realizadas, correspondência oficial à **CONVENENTE** solicitando o envio das informações pertinentes e a comprovação da autorização do INSS;

- c) cancelar a consignação, retenção ou constituição de reserva de margem consignável-RMC, conforme o caso, no Sistema de Benefícios, caso inexistir a autorização ou a **CONVENIENTE** não atenda à solicitação no prazo e forma fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS. Os procedimentos de cancelamento serão adotados pela DIRBEN, conforme competência determinada em ato interno do INSS;
- d) reativar no Sistema de Benefícios as consignações, retenção ou constituição de reserva de margem consignável-RMC canceladas, na forma das alíneas anteriores, quando da apresentação pela **CONVENIENTE** de documentos que comprovem a existência efetiva da autorização pelo titular do benefício. A reativação deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias da data do recebimento dos referidos documentos, na Diretoria de Benefícios - DIRBEN;
- e) manter os pagamentos dos titulares dos benefícios na **CONVENIENTE**, enquanto houver saldo devedor nas operações em que forem autorizadas as retenções dos valores, ressalvadas as exceções constantes da Instrução Normativa editada pelo INSS e as hipóteses de cancelamento, suspensão ou cessação de benefícios previstas na legislação;
- f) transformar a amortização através da modalidade de retenção em amortização por consignação quando o titular solicitar transferência do benefício para município onde a **CONVENIENTE** não possua agência bancária para efetuar os pagamentos, mantendo ativa a consignação enquanto houver saldo devedor nas operações em que forem autorizadas as retenções dos valores.

II – DA DATAPREV:

- a) processar as consignações de descontos, as informações de retenções e as exclusões de acordo com o arquivo magnético enviado pela **CONVENIENTE**, conforme previsto na alínea “b” do inciso III da Cláusula Terceira deste Convênio;
- b) enviar à **CONVENIENTE**, arquivo contendo o resultado do processamento dos arquivos mencionados na alínea “a” deste inciso, até quatro dias úteis após o seu recebimento;
- c) processar as glosas devidas, conforme previsto na Instrução Normativa editada pelo INSS, na competência seguinte à sua verificação, informando à **CONVENIENTE**, por arquivo magnético mensal, os respectivos valores;
- d) informar mensalmente à **CONVENIENTE** por arquivo magnético – “ayout” CNAB/FEBRABAN - as parcelas consignadas e não consignadas, mediante justificativa devidamente identificadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data do primeiro pagamento do benefício em cada competência;
- e) gerar as informações referentes ao valor do custo operacional por parcela consignada, para cumprimento do estabelecido na Cláusula Sétima deste Convênio;
- f) utilizar protocolo padrão CNAB/FEBRABAN, para comunicação entre a **CONVENIENTE** e a DATAPREV.

III – DA CONVENIENTE:

- a) divulgar as regras acordadas neste Convênio aos titulares de benefício que autorizaram as consignações ou retenções ou constituição de reserva de margem consignável-RMC diretamente em seus benefícios obedecendo, nos materiais publicitários que fizer veicular, as normas do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, em especial aquelas previstas nos artigos 37 e 52;
- b) enviar até o segundo dia útil de cada mês para a DATAPREV, arquivo magnético contendo a relação dos beneficiários que contraíram empréstimos ou financiamentos e autorizaram a consignação ou retenção diretamente na renda mensal dos benefícios previdenciários ou a constituição de reserva de margem consignável-RMC de acordo com o “layout” padrão CNAB/FEBRABAN, bem como a data do último vencimento das obrigações contraídas nos empréstimos e nas operações com cartão de crédito, cujas parcelas sofrerão retenção dos valores autorizados pelos titulares do benefício, diretamente nos benefícios recebidos na **CONVENIENTE**;

- c) informar ao INSS, para exclusão da consignação, a rescisão do contrato de empréstimo ou da operação com cartão de crédito, firmado entre o titular do benefício e a **CONVENENTE**, até o segundo dia útil do mês subsequente à ocorrência (rescisão do contrato), sob pena de serem efetuadas glosas retroativas à data do evento, corrigidas com base na variação da "Taxa Referencial de Títulos Federais-Remuneração" (SELIC), desde a data em que ocorreu o crédito indevido até o segundo dia útil anterior à data do repasse;
- d) encaminhar ao INSS, nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS, a comprovação da autorização da consignação ou retenção ou constituição de reserva de margem consignável-RMC de acordo com a alínea "b", inciso I, da Cláusula Terceira;
- e) restituir os valores, corrigidos, nos casos de ocorrência de irregularidades quanto às informações do titular do benefício ou de valores consignados ou retidos indevidamente no benefício previdenciário, no prazo máximo de 48 horas da notificação expedida pelo INSS ou da manifestação direta do próprio titular do benefício;
- f) conservar, pelo prazo de cinco anos, a contar da data do término do empréstimo e da validade do cartão de crédito, a autorização firmada por escrito pelo titular do benefício, seja utilizando a autorização de retenção/consignação disposta como anexo das instruções normativas expedidas pelo INSS e legislação em vigor sobre a matéria, seja o contrato firmado de empréstimos ou de cartão de crédito, que contenha cláusula expressa de autorização permitindo o desconto direto na renda mensal do benefício previdenciário. Em se tratando de autorização por meio eletrônico, os meios que comprovem a anuência do titular do benefício deverão ser conservados pelo mesmo período;
- g) cumprir e fazer cumprir as normas expedidas pelo INSS e a legislação em vigor sobre a matéria, desde que assegurado o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido;
- h) prestar todos os esclarecimentos atinentes ao objeto deste Convênio quando solicitados pelo INSS, nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa ou da legislação pertinente em vigor;
- i) criar caixa postal eletrônica (e-mail) institucional com o fim específico de estabelecer comunicação direta com o **INSS** para troca de informações referentes à operacionalização deste Convênio e, em especial, atender à alínea anterior;
- j) manter, durante a execução deste Convênio, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a sua celebração;
- l) informar ao INSS, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, qualquer alteração contratual que venha a ocorrer na estrutura da **CONVENENTE** ou em suas Agências, seja por força de incorporação, fusão ou encerramento de atividades, para que sejam adotados os procedimentos necessários quanto à transferência dos contratos e os respectivos repasses dos valores;
- m) providenciar toda a infra-estrutura necessária para atender a troca de arquivos via teleprocessamento, conforme padrão definido pela DATAPREV;
- n) encaminhar mensalmente aos titulares de benefícios que utilizarem o cartão de crédito, extrato com descrição detalhada das operações realizadas, contendo valor, local onde estas foram efetivadas, bem como informar o telefone e o endereço para a solução de dúvidas;
- o) a **CONVENENTE** deverá liberar o valor contratado no prazo limite de 48h (quarenta e oito horas) após o recebimento do arquivo de retorno da DATAPREV com a confirmação do registro da consignação/ retenção solicitada;
- p) a **CONVENENTE** obriga-se a informar ao titular do benefício, no prazo descrito na alínea anterior, o local e data em que o valor do empréstimo será liberado, principalmente quando este for feito por meio de ordem de pagamento;
- q) fica vedada a contratação de empréstimos e de cartão de crédito por telefone, em conformidade com as normas editadas pelo Banco Central do Brasil e a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 1.559/88, com redação dada pela Resolução 3.258/05.

Parágrafo Único. Havendo rejeição de valores, por motivo de alteração de dados cadastrais ou de dados bancários, não informados em tempo hábil à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e

Contabilidade pela CONVENIENTE, o repasse de valores referente às consignações efetuadas somente ocorrerá na competência seguinte.

5 - DAS CONSIGNAÇÕES DOS DESCONTOS:

As consignações dos descontos ou retenções para pagamento dos empréstimos e de operações com cartão de crédito não poderão exceder, no momento da contratação, a 30 (trinta) por cento do valor do benefício, e a reserva de margem consignável-RMC não poderá exceder a 10 (dez) por cento dentro dos 30 (trinta) pontos percentuais acima e obedecendo ao previsto na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, bem como nas Instruções Normativas que regulamentem o assunto.

6 - DOS CUSTOS:

O custo operacional de processamento das consignações e retenções pela DATAPREV, relativo à execução do convênio, será de R\$ 0,30 (trinta centavos) por parcela.

7 - DO INÍCIO DA OPERACIONALIZAÇÃO:

A execução do objeto do convênio terá início após o cumprimento do estabelecido no item 3.1 do cronograma deste Plano de Trabalho, ficando a vigência e a prorrogação vinculadas aos prazos estabelecidos no Termo de Convênio.

Brasília, 12 de dezembro de 2008.

Pelo INSS:

BENEDITO ADALBERTO BRUNCA

Pela DATAPREV:

LINO ROQUE CAMARGO KIELING

RODRIGO NOVAIS COUTINHO

Pela CONVENIENTE:

ANDRÉ LUIZ FIGUEIREDO BRASIL

VALCI BRAGA REZENDE

Testemunhas:

INSS

CPF / RG nº

DATAPREV

CPF/RG nº

CONVENIENTE

CPF/RG nº

Ana Gabriele M.M. Botelho Aze
CPF: 069.051.276-45

TERMO DE CONVÊNIO ECO. MERCANTIL.doc

ANEXO I

**AUTORIZAÇÃO DE CONSIGNAÇÃO OU RETENÇÃO DE EMPRÉSTIMO PESSOAL E/ OU
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL-RMC/CARTÃO DE CRÉDITO NOS
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.820, DE 17 DE
DEZEMBRO DE 2003, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 10.953, DE 27 DE SETEMBRO DE
2004.**

EU, _____
Brasileiro(a), residente à _____
data de nascimento _____, portador do benefício nº _____
pelo presente autorizo que se promova a

(consignação, retenção do empréstimo ou constituição de margem consignável)
no meu benefício previdenciário em favor da instituição financeira signatária _____

conforme previsão legal contida no art. 6º da Lei nº 10.820/03 e inciso V do artigo 154 do Decreto nº
3.048/99, com as seguintes características:

Valor total do empréstimo _____

Valor mensal a ser descontado no benefício previdenciário _____

Número de prestações _____

Taxa efetiva mensal e anual de juros _____

Soma total a pagar _____

Outras informações, caso haja:

Acréscimos remuneratórios

Acréscimos Moratórios

Acréscimos Tributários

LOCAL E DATA

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL


José Francisco de Jesus Júnior
Advogado - OAB/PA n. 504



INSTRUMENTO: Processo nº 35000.001153/2008-14. **ESPÉCIE:** Convênio. **PARTES:** Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV e o BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A. **OBJETO:** Operacionalização do disposto no artigo 6º, da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei 10.953, de 27 de setembro de 2004, Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 alterado pelo Decreto nº 4.862, de 21 de outubro de 2003, Decreto nº 5.180 de 13 agosto de 2004, visando a realização de consignações ou retenções de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contratado empréstimo pessoal e/ou operação com cartão de crédito. **VIGÊNCIA:** 5 (cinco) anos a contar da publicação. **DATA DA ASSINATURA:** 12/12/2008. **SIGNATÁRIOS:** pelo INSS: BENEDITO ADALBERTO BRUNCA, Diretor de Benefícios; pela DATAPREV: LINO ROQUE CAMARGO KIELING e RODRIGO NOVAIS COUTINHO, Presidente e Diretor de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações; pela Instituição Financeira: ANDRÉ LUIZ FIGUEIREDO BRASIL e VALCI BRAGA REZENDE Diretores.

INSTRUMENTO: Processo nº 35000.001190/2008-22. **ESPÉCIE:** Convênio. **PARTES:** Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV e o BANCO VOTORANTIM S/A. **OBJETO:** Operacionalização do disposto no artigo 6º, da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei 10.953, de 27 de setembro de 2004, Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 alterado pelo Decreto nº 4.862, de 21 de outubro de 2003, Decreto nº 5.180 de 13 agosto de 2004, visando a realização de consignações ou retenções de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contratado empréstimo pessoal e/ou operação com cartão de crédito. **VIGÊNCIA:** 5 (cinco) anos a contar da publicação. **DATA DA ASSINATURA:** 12/12/2008. **SIGNATÁRIOS:** pelo INSS: BENEDITO ADALBERTO BRUNCA, Diretor de Benefícios; pela DATAPREV: LINO ROQUE CAMARGO KIELING e RODRIGO NOVAIS COUTINHO, Presidente e Diretor de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações; pela Instituição Financeira: WILSON MASAO KUZUJARA e RONALDO JOSÉ ISER, Diretor e Procurador.

EXTRATO DE RESCISÃO

INSTRUMENTO: Processo nº 35000.000117/2005-64. **ESPÉCIE:** Rescisão de convênio firmado entre o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV e o BANCO VOTORANTIM S/A. **OBJETO:** Fica rescindido o convênio datado de 30/03/2005, publicado no DOU nº 61, de 31/03/2005, firmado para operar consignações decorrentes de empréstimos e financiamentos aos titulares de benefícios previdenciários, devido a celebração de novo Termo de Convênio por meio do Processo nº 35000.001190/2008-22.

DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2008

Convênio nº 001/2008. Nº PROCESSO: 35000.000697/2007-88. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. CNPJ Contratado: 03.658.432/0001-82. Contratado: GEAP - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL. Objeto: Reajuste do valor do per capita patronal, alterando a Cláusula Sexta do Convênio. Fundamento Legal: Artigo 230 da Lei nº 8.112/90, Decreto nº 4.978/2004, Lei nº 9.656/98 e Lei nº 8.666/93. Valor Total: R\$ 41.646.020,00. Nota de Empenho: 2008NE900774. Data de Assinatura: 18/12/2008.

GERÊNCIA REGIONAL EM BELO HORIZONTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2008

Nº Processo: 62882008. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. CNPJ Contratado: 78126950000316. Contratado: MICROSENS LTDA. Objeto: Aquisição de impressoras laser, monitores, para atender a Gerência Regional Belo Horizonte - Região II e as Gerências Executivas vinculadas. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/02, Decretos nº 3931/2001, 3.450/2005, Lei complementar nº 123/2006 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93. Vigência: 11/12/2008 a 12/03/2012. Valor Total: R\$ 878.746,00. Fonte: 151000000 - 2008NE900176. Data de Assinatura: 11/12/2008.

(SICON - 19/12/2008) 512006-57202-2008NE900004

GERÊNCIA EXECUTIVA EM CONTAGEM

EXTRATO DE CONTRATO Nº 59/2008

Nº Processo: 35113000295200897. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. CNPJ Contratado: 18793752000112. Contratado: RM MAQUINAS E SISTEMAS LTDA. Objeto: Aquisição de material permanente consistente em calculadora eletrônica financeira, para atender à GEXCON/MG. Fundamento Legal: Lei 8666/93, Decreto 5450/2005, Decreto 3555/2000, Decreto 3722/2001 com alterações no Decreto 4485/2002, Decreto 3931/2001. Vigência: 15/12/2008 a 14/06/2009. Valor Total: R\$ 118,00. Fonte: 250570202 - 2008NE900472. Data de Assinatura: 15/12/2008.

(SICON - 19/12/2008) 512006-57202-2008NE900004

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2008

Número do Contrato: 37/2007. Nº Processo: 35113000230200761. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. CNPJ Contratado: 03152460651. Contratado: ETELVINA RIGUEIRA PERDIGÃO. Objeto: Termo Aditivo 001/2008 AO CONTRATO 37/2007. LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA APS/RIBEIRÃO DAS NEVES/MG. DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2007. Fundamento Legal: lei 8245 de 18/10/91 e lei 8666 de 21/06/93. Vigência: 17/12/2008 a 16/12/2009. Valor Total: R\$ 92.102,28. Fonte: 151000000 - 2008NE900457. Data de Assinatura: 17/12/2008.

(SICON - 19/12/2008) 512006-57202-2008NE900004

GERÊNCIA EXECUTIVA EM DUQUE DE CAXIAS

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 13/2008

O Pregoeiro Oficial da Gerência Executiva do INSS de Duque de Caxias/RJ, designado pela PT/INSS/GEXDUQ/Nº 47/2008, torna público o resultado da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 13/2008, referente a contratação de empresa para manutenção predial, o qual foi adjudicado e homologado pelo Sr. Gerente Executivo à empresa Nova Rio Serviços Gerais Ltda. no valor global negociado de R\$ 378.793,32 (trezentos e setenta e oito mil, setecentos e noventa e três reais, trinta e dois centavos).

CARLOS LUIZ GAETA

(SICON - 19/12/2008) 512006-57202-2008NE900004

GERÊNCIA EXECUTIVA EM MONTES CLAROS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2008

Número do Contrato: 28/2007. Nº Processo: 35135000140200711. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. CNPJ Contratado: 07779169000130. Contratado: RM TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA - EPP. Objeto: Retificação da Cláusula Terceira - Do Preço e retificação da Cláusula Segunda - Das Obrigações das Partes. Fundamento Legal: lei n. 8666/93 e lei n. 10.520/02. Valor Total: R\$ 108.170,28. Fonte: 151000000 - 2007NE900352. Data de Assinatura: 05/12/2008.

(SICON - 19/12/2008) 512006-57202-2008NE900004

GERÊNCIA EXECUTIVA EM PETRÓPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2008

Nº Processo: 35323000285200886. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. CNPJ Contratado: 24005316000134. Contratado: PAPELARIA PAPEL CARTAZ LTDA. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material de consumo da Gerência Executiva Petrópolis e suas Unidades vinculadas. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 26/06/2008 a 25/07/2008. Valor Total: R\$ 5.254,52. Fonte: 151000000 - 2008NE900168. Data de Assinatura: 26/06/2008.

(SICON - 19/12/2008) 512006-57202-2008NE900004

EXTRATO DE CONTRATO Nº 6/2008

Nº Processo: 35323000285200886. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. CNPJ Contratado: 67440461000156. Contratado: MEGAPEL COMERCIAL LTDA. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material de consumo da Gerência Executiva Petrópolis e suas Unidades vinculadas. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 08/06/2008 a 07/07/2008. Valor Total: R\$ 10.549,86. Fonte: 118033908 - 2008NE900188. Data de Assinatura: 08/06/2008.

(SICON - 19/12/2008) 512006-57202-2008NE900004

EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2008

Nº Processo: 35323000285200886. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. CNPJ Contratado: 61435970000104. Contratado: AMADEU COMERCIAL LTDA. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material de consumo da Gerência Executiva Petrópolis e suas Unidades vinculadas. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 16/07/2008 a 15/08/2008. Valor Total: R\$ 2.560,00. Fonte: 151000000 - 2008NE900201. Data de Assinatura: 16/07/2008.

(SICON - 19/12/2008) 512006-57202-2008NE900004

GERÊNCIA EXECUTIVA EM POÇOS DE CALDAS SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO SEÇÃO DE LOGÍSTICA

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 7/2008

A Gerência Executiva Poços de Caldas, torna Público o Resultado do Pregão 07/2008 cujo objeto: Aquisição de prótese auditiva para os segun- em Programa de Reabilitação Profissional para GEXPCL. A empre- vencedora - Centro Catarinense de Apoio à Audição, CNPJ - 02.112.121/0001-48, no valor total de R\$ 4.350,00 (quatro Mil, trezent- e cinquenta reais), referente ao item 01 do Pregão.

EVANIA MARIA DOS SANTOS
Pregoeira

(SICON - 19/12/2008) 512006-57202-2008NE900004

GERÊNCIA REGIONAL EM BRASÍLIA GERÊNCIA EXECUTIVA EM DOURADOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 49/2008

Nº Processo: 3509500282/08-83. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. CNPJ Contratado: 04783228000156. Contratado: WALI VEIN & KUIIN LTDA - ME. Objeto: Contratação de empresa para manutenção de equipamentos de informática, pertencentes à GEX Dourados/MS e APS vinculadas. Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93. Vigência: 12/12/2008 a 31/12/2008. Valor Total: R\$ 791,50. Fonte: 151000000 - 2008NE900559. Data de Assinatura: 12/12/2008.

(SICON - 19/12/2008) 512006-57202-2008NE900013

EXTRATO DE CONTRATO Nº 50/2008

Nº Processo: 3509500309/08-38. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. CNPJ Contratado: 33160797000143. Contratado: PAURI SI PAURODIESEL BOMBAS - INJETORAS E PECAS PARA MO. Objeto: Contratação de Empresa para manutenção de Veicul. Oficial Corsa Sedan NDJ-0190 pertencente à GEX Dourados/MS. Fundamento Legal: Artigo 24 Inciso II da Lei 8.666/93. Vigência: 2/12/2008 a 31/12/2008. Valor Total: R\$ 954,00. Fonte: 151000000 - 2008NE900550. Data de Assinatura: 12/12/2008.

(SICON - 19/12/2008) 512006-57202-2008NE900013

GERÊNCIA EXECUTIVA EM PALMAS SEÇÃO DE LOGÍSTICA, LICITAÇÃO, CONTRATOS E ENGENHARIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 46/2008

Nº Processo: 3569000124200864. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. CNPJ Contratado: 92823764000103. Contratado: DIRCEU LONGO & CIA LTDA. Objeto: Aquisição de Material Permanente Fundamento Legal: Lei 10.520/2002 Vigência: 08/12/2008 a 08/06/2009. Valor Total: R\$ 1.264,54. Fonte: 151000000 - 2008NE900349. Data de Assinatura: 08/12/2008.

(SICON - 19/12/2008) 512006-57202-2008NE900004

EXTRATO DE CONTRATO Nº 47/2008

Nº Processo: 3569000124200864. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. CNPJ Contratado: 03655629000168. Contratado: S & K INFORMATICA LTDA - EPP. Objeto: Aquisição de Material Permanente Fundamento Legal: Lei 10.520/2002 Vigência: 08/12/2008 a 08/06/2009. Valor Total: R\$ 756,00. Fonte: 1.1000000 - 2008NE900342. Data de Assinatura: 08/12/2008.

(SICON - 19/12/2008) 512006-57202-2008NE900004

EXTRATO DE CONTRATO Nº 48/2008

Nº Processo: 3569000124200864. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. CNPJ Contratado: 03156179000169. Contratado: SCATENA E SCATENA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS PARA E. Objeto: Aquisição de Material Permanente Fundamento Legal: Lei 10.520/2002 Vigência: 08/12/2008 a 08/06/2009. Valor Total: R\$ 6.017,00. Fonte: 151000000 - 2008NE900341. Data de Assinatura: 08/12/2008.

(SICON - 19/12/2008) 512006-57202-2008NE900004



diário da Dataprev no Rio de Janeiro. Valor: R\$ 4.633.392,24 (quatro milhões seiscentos e trinta e três mil trezentos e noventa e dois reais e vinte e quatro centavos). Fundamentação Legal: Lei 8666/93, Artigo 57, Parágrafo 2º, Inciso II. Prazo: 21/12/2008 a 20/12/2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ATENDIMENTO UNIDADE REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 17/2008

De acordo com o critério de julgamento estabelecido no Edital do Pregão de nº 017/2008, referente Aquisição de Solução de Infra-Estrutura de Hardware, sagrou-se vencedora a empresa: Microlog Informática e Tecnologia Ltda no valor total de R\$ 443.320,90 (quatrocentos e quarenta e três mil, trezentos e vinte reais e noventa centavos).

PAULO ROBERTO RAMOS SOARES
Pregoeiro

(SIDEC - 22/12/2008)

UNIDADE REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CP/Processo 2006.0024.19, Contrato 19.0004.2007, Contratada: UNISERV UNIAO DE SERVIÇOS LTDA. Objeto: Terceiro termo aditivo ao contrato principal de Prestação de serviços de apoio administrativo e serviços gerais, para repactuação de preços. Valor total 73.733,85 (setenta e três mil, setecentos e trinta e três reais e cinquenta centavos). Fundamentação Legal: Lei 8666/93 e demais legislação pertinente. Vigência: 19.12.2008 a 25.02.2009.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL DIRETORIA DE BENEFÍCIOS

EXTRATO DE RESCISÃO

INSTRUMENTO: Processo nº 35000.000281/2008-41. ESPÉCIE: Rescisão de convênio firmado entre o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV e o BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A. OBJETO: Rescisão do convênio datado de 04/06/2008, publicado no DOU nº 106, de 05/06/2008, firmado para operar consignações decorrentes de empréstimos e financiamentos aos titulares de benefícios previdenciários, devido a celebração de novo Termo de Convênio por meio do Processo nº 35000.001153/2008-14.

GERÊNCIA REGIONAL EM BELO HORIZONTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 46/2008

Nº Processo: 35393000180200801. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 080813050000198. Contratado: CARLINDO FIALHO DA SILVA - LPP. Objeto: Aquisição de material de consumo (café) para atender a Gerência Regional em Belo Horizonte e unidades vinculadas. Fundamentação Legal: Lei 10.520/02, Decretos 5.450/05 e 3.931/01, alterado pelo Decreto 4342/02, e subsidiariamente Lei 8.666/93. Vigência: 18/12/2008 a 31/12/2008. Valor Total: R\$3.261,00. Fonte: 151000000 - 2008NE900182. Data de Assinatura: 18/12/2008.

(SICON - 22/12/2008) 512006-57202-2008NE900004

GERÊNCIA EXECUTIVA EM BELO HORIZONTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 50/2008

Nº Processo: 35097000810200804. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 03094213000118. Contratado: DIRETA DISTRIBUIDORA LTDA - Objeto: Aquisição de Material Permanente para atendimento ao INSS/GEXBIZ/MG e suas Unidades Vinculadas. Fundamentação Legal: Lei 10.520/02, Dec. 5.450/05, Dec. 3.555/00 e alter. poster. Dec. 4.485/02 e subs. na Lei 8.666/93 e alter. posteriores. Vigência: 23/12/2008 a 31/12/2008. Valor Total: R\$8.902,20. Fonte: 151000000 - 2008NE900248. Data de Assinatura: 27/11/2008.

(SICON - 22/12/2008) 512006-57202-2008NE900004

SEÇÃO DE LOGÍSTICA

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 2/2008

Objeto: Contratação de empresa para manutenção predial dos imóveis da Gerência Executiva. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 23/12/2008 de 09h00 às 17h00. ENDEREÇO: Av. Amazonas, 266 - 2. andar Centro - BELO HORIZONTE - MG. Entrega das Propostas: 27/01/2009 às 10h00. Endereço: Av. Amazonas, 266 - 2. andar Centro - BELO HORIZONTE - MG.

TANIA MARIA DA SILVA LIMA
Chefe

(SIDEC - 22/12/2008) 512006-57202-2008NE900004

GERÊNCIA EXECUTIVA EM VITÓRIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 573/2008

Nº Processo: 35059002429200725. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 0805862000103. Contratado: MIX PREMIUM - COM. DE ARTIGOS DE PAPELARIA E INE. LTDA. Objeto: Aquisição de material de consumo (etiqueta adesiva) para atender à GerVie e suas unidades vinculadas. Fundamentação Legal: Lei 10.520/02, Decreto 3.555/00, 5.450/05, 3.931/01 e 4.342/02 e a Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Vigência: 08/12/2008 a 29/12/2008. Valor Total: R\$1.832,50. Fonte: 151000000 - 2008NE900573. Data de Assinatura: 05/12/2008.

(SICON - 22/12/2008) 512006-57202-2008NE900004

EXTRATO DE CONTRATO Nº 612/2008

Nº Processo: 35059001231200724. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 013.615841000194. Contratado: J. J. VITALI - Objeto: Aquisição de Instrumental de Trabalho e Implemento Profissional visando atender a demanda da Unidade Técnica de Reabilitação Profissional desta GEXVIT/ES. Fundamentação Legal: Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores. Lei nº 10.520/02, Decretos 5.450/05, 2.271/97 e instrução MAR nº 18/97. Vigência: 09/12/2008 a 31/12/2008. Valor Total: R\$533,87. Fonte: 153000000 - 2008NE900612. Data de Assinatura: 08/12/2008.

(SICON - 22/12/2008) 512006-57202-2008NE900004

EXTRATO DE CONTRATO Nº 699/2008

Nº Processo: 35059002317200855. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 07583036000194. Contratado: F.F. COMERCIO, INSTALACAO E MANUTENCAO DE AR CONDICIONADO. Objeto: Aquisição de material permanente (aparelho de ar condicionado) para atender à GEX-VIT e unidades vinculadas. Fundamentação Legal: Lei 10.520/02, decreto 3.555/00, 5.450/05, 3.931/01 e 4.342/02 e a Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Vigência: 12/12/2008 a 31/12/2008. Valor Total: R\$11.252,00. Fonte: 250570202 - 2008NE900699. Data de Assinatura: 11/12/2008.

(SICON - 22/12/2008) 512006-57202-2008NE900004

GERÊNCIA EXECUTIVA EM DIAMANTINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2008

Nº Processo: 35663000073200848. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 09435859000106. Contratado: O PROVEDOR MAQUINAS E SISTEMAS - LTDA. Objeto: Contrato que entre si celebram o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, através de sua Gerência Executiva em Diamantina/MG e a empresa O Provedor Máquinas e Sistemas LTDA, visando a aquisição de Material de Consumo. Fundamentação Legal: Lei 8.666/93 e 10.520/02. Vigência: 27/11/2008 a 26/11/2009. Valor Total: R\$500,00. Fonte: 151000000 - 2008NE900233. Data de Assinatura: 27/11/2008.

(SICON - 22/12/2008) 512006-57202-2008NE900004

GERÊNCIA REGIONAL EM BRASÍLIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 31/2008

Nº Processo: 37284001618200823. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 02632915000145. Contratado: MARCO AURELIO MENDES DE CASTRO - FERRER-ME. Objeto: Aquisição de NOTEBOOK. Fundamentação Legal: Lei 10.520/02 e Decreto 5.450/05. Vigência: 17/12/2008 a 31/12/2012. Valor Total: R\$59.400,00. Fonte: 250570202 - 2008NE900045. Data de Assinatura: 17/12/2008.

(SICON - 22/12/2008) 512006-57202-2008NE900004

EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2008

Nº Processo: 37284001618200823. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 06268094000160. Contratado: LICITSUL COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA ME. Objeto: Aquisição de computador-NOTEBOOK. Fundamentação Legal: Lei 10.520/02, Decreto 5.450/05. Vigência: 17/12/2008 a 31/12/2012. Valor Total: R\$40.300,00. Fonte: 250570202 - 2008NE900046. Data de Assinatura: 17/12/2008.

(SICON - 22/12/2008) 512006-57202-2008NE900004

GERÊNCIA EXECUTIVA EM CAMPO GRANDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 116/2008

Registro de Preços, Pregão Eletrônico nº 05/2008, Processo: 35092.000852/2008-65. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Contratado: MARCO AURELIO MENDES DE CASTRO FERRER - ME - CNPJ: 02.632.915/0001-45. Objeto:

Aquisição de material permanente (Notebook de 14"), item 01. Fundamentação Legal: Lei 10.520/2002, Decreto nº 5.450/05 e 3.931/01, Decreto nº 3.722/01 e Lei nº 8.666/93. Vigência: 19.12.2008 a 12.01.2009. Valor Total: R\$ 35.100,00 (Trinta e cinco mil e cem reais). Fonte: 025057202 - Nota de Empenho: 2008NE900764. Data de Assinatura: 19.12.008.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 117/2008

Registro de Preços, Pregão Eletrônico nº 05/2008, Processo: 35092.000852/2008-65. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Contratado: LICITSUL COMERCIO DE INFORMATICA - LULA - ME - CNPJ: 06.268.094/0001-60. Objeto: Aquisição de material permanente (Notebook de 15"), item 02. Fundamentação Legal: Lei 10.520/2002, Decreto nº 5.450/05 e 3.931/01, Decreto nº 3.722/01 e Lei nº 8.666/93. Vigência: 19.12.2008 a 12.01.2009. Valor Total: R\$ 9.300,00 (Nove mil e trezentos reais). Fonte: 025057202 - Nota de Empenho: 2008NE900765. Data de Assinatura: 19.12.2008.

GERÊNCIA EXECUTIVA NO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2008

Número do Contrato: 9/2007. Nº Processo: 37284005744200695. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 01462750000146. Contratado: DAVOS ENGENHARIA E REPRESENTACAO - LTDA. Objeto: Prorrogação contratual por mais 60 (sessenta) dias contrato nº 09/2007 Fundamentação Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 25/11/2008 a 24/01/2009. Data de Assinatura: 25/11/2008.

(SICON - 22/12/2008) 512006-57202-2008NE900004

GERÊNCIA EXECUTIVA EM GOIÂNIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 71/2008

Nº Processo: 3506910372200785. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 04237989000102. Contratado: ORTOMEDICA TECNOLOGIA ORTOPEDICA - LTDA. Objeto: Fornecimento de Prótese e Ortese para clientes da UTRP. Fundamentação Legal: Lei 10.520/02, Decretos 5.450/05, 3.555/00, 3.693/00, 3.784/01, 3.722/01, 4.485/02, 2.271/97 e Lei 8.666/93, 123/0. Vigência: 19/12/2008 a 18/01/2009. Valor Total: R\$296.720,00. Fonte: 153000000 - 2008NE900477. Data de Assinatura: 19/12/2008.

(SICON - 22/12/2008) 512006-57202-2008NE900006

EXTRATO DE CONTRATO Nº 75/2008

Nº Processo: 35069101186200871. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 08528684000100. Contratado: MARCIO CESAR SENS DE OLIVEIRA - INFORMATICA - ME. Objeto: Aquisição de Material de Informática (Cartucho). Fundamentação Legal: Lei 10.520/02, Decretos 3.555/2000, 3.693/00, 3.784/01, 5.450/05, 3.931/01, 4.342/02, Lei 8.666/93. Vigência: 16/12/2008 a 30/12/2008. Valor Total: R\$12.880,44. Fonte: 51000000 - 2008NE900504. Data de Assinatura: 16/12/2008.

(SICON - 22/12/2008) 512006-57202-2008NE900004

EXTRATO DE CONTRATO Nº 76/2008

Nº Processo: 35069101186200871. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 78126950000316. Contratado: MICROSENS LTDA - Objeto: Aquisição de Material de Informática (Cartucho/toner). Fundamentação Legal: Lei 10.520/02, Decretos 3.555/00, 3.693/00, 3.784/01, 5.450/05, 3.931/01 e Lei 8.666/93. Vigência: 16/12/2008 a 31/12/2008. Valor Total: R\$23.097,00. Fonte: 151000000 - 2008NE900506. Data de Assinatura: 16/12/2008.

(SICON - 22/12/2008) 512006-57202-2008NE900004

GERÊNCIA EXECUTIVA EM IMPERATRIZ SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2008

Nº Processo: 3508310280200823. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 02806920000127. Contratado: ATRIOS COMERCIAL DE FERRAMENTAS - LTDA - ME. Objeto: Aquisição de abscurelhas para serem utilizados no sistema SGA. Fundamentação Legal: Art. 24, inciso II, da Lei 8666/93, e em critérios estabelecidos pela portaria 306, de 13/12/2001, do MPF. Vigência: 25/11/2008 a 30/06/2009. Valor Total: R\$24,88. Fonte: 151000000 - 2008NE900278. Data de Assinatura: 25/11/2008.

(SICON - 22/12/2008) 512006-57202-2008NE900004